

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT13.015

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS: UM ESTUDO A PARTIR DA BNCC

RAFAELA CAMILA GOMES DA SILVA

Licencianda em Matemática IFRN-CM. rafaelagomesg737@gmail.com

ANTONINA CAMILA SILVA DE MELO

Licencianda em Matemática IFRN-CM. antoninaa.mello@gmail.com

LAÍS PAULA MEDEIROS CAMPOS AZEVEDO

Docente IFRN-CM. Doutora em Educação PPGED – UFRN. laispaulamedeiros@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como proposta discutir a inserção do estudo da Educação Financeira (EF) na educação básica a partir do proposto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O artigo estabelece uma reflexão a partir do conceito de educação financeira, com uma análise do cenário atual, e a investigação da BNCC e suas propostas no campo de ensino da matemática. A BNCC propõe a incorporação nos currículos de temas contemporâneos que afetam a vida humana, entre eles, o tema proposto a ser estudado (educação financeira). Assim, na construção do pensamento matemático dos alunos, os professores podem discutir conceitos articulados às questões do consumo, trabalho e dinheiro, demonstrando suas aplicabilidades. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, uma vez que além de analisar a BNCC enquanto um documento normativo, busca realizar um levantamento bibliográfico sobre a temática. No decorrer do artigo, discute-se a importância da temática, sobretudo, com o objetivo de conscientizar jovens e adultos na tomada de decisões que impactam diretamente a sua qualidade de vida, de forma crítica. No âmbito da BNCC, observa-se a articulação da temática com o desenvolvimento de competências pessoais e sociais e a promoção do empreendedorismo. A partir do estudo, destacamos a possibilidade de trabalhar conteúdos matemáticos, associados à Educação Financeira, de maneira ampliada e interdisciplinar. A pesquisa evidencia ainda a importância de discutir essas questões na formação de professores.

Palavras-chave: BNCC. Educação básica. Educação financeira. Matemática.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é produto das discussões sobre a educação financeira, seus elementos, conceitos, importância e a análise da temática no documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O tema tem extrema importância para os consumidores e cidadãos em geral, pois influencia no orçamento e gestão de renda, tratando de investimentos, poupanças e habilidades necessárias para driblar os riscos existentes no que se refere à economia.

O desenvolvimento dos mercados financeiros, mudanças demográficas e disseminação de conteúdos sobre investimentos e aplicações financeiras sugerem novas reflexões e investigações. Nesse sentido, compreendemos a necessidade de aproximar essas discussões do âmbito da educação básica, uma vez que essas questões interferem diretamente nas relações pessoais, familiares e sociais, impactando toda a sociedade e não deve ser um conhecimento a ser adquirido apenas na vida adulta. Vaz e Nasser (2021) fazem uma reflexão acerca das três perspectivas orientadoras do trabalho com a educação financeira em sala de aula, a saber: Educação Financeira para o consumo; Educação Financeira para a poupança e o enriquecimento e; Educação Financeira para a consciência social. Tal perspectiva aponta para a diversidade de elementos que podem ser considerados.

Apesar de, ao longo da vida escolar, os estudantes tenham acesso a ferramentas matemáticas no seu cotidiano escolar e aprendam conteúdos concernentes a finanças, como juros simples e composto, ainda assim, há uma grande falta de informação e dificuldade de dominar um conjunto de propriedades formais, que poderiam ser construídas com uma educação que se responsabiliza em melhor atender os estudantes no domínio das competências e no desenvolvimento de habilidades na tomada de decisões seguras. O ensino de ferramentas matemáticas por si só não constrói a consciência financeira. Desse modo, é importante ressaltar a diferença entre Educação Financeira (EF) e Matemática Financeira (MF). Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)¹ pode-se definir a educação financeira como:

[...] o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores

1 Em inglês, Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD).

e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informados, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (OCDE, 2005. p13).

Desse modo, esta pesquisa teve o objetivo de discutir a inserção do estudo da Educação Financeira (EF) na educação básica a partir do proposto na Base Nacional Comum Curricular BNCC. Nesse intuito, foi realizado, inicialmente, um levantamento de artigos que discorrem sobre a temática, trazendo seus conceitos, definições e a análise de documentos que demonstram o cenário atual da economia brasileira, fazendo o levantamento de dados e gráficos. A pesquisa realizada é de cunho bibliográfico e documental que, segundo Fonseca (2002) é uma realização através de fontes mais diversificadas, como tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, entre outros. Entre os estudos e documentos apresentados, podemos ressaltar os trabalhos de Carraheir; Carraheir; Schlielmann (1995), Cury (2018), Souza e Torralvo (2008), além da BNCC e da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor PEIC (2019, 2022 e 2023).

Desse modo, o trabalho está organizado em quatro partes. Após essa introdução, discutiremos, brevemente, o conceito de educação financeira e como a temática vem sendo abordada no campo da matemática. Em seguida, nos direcionamos a investigação sobre como a temática tem sido articulada a BNCC. Por fim, trazemos algumas considerações a partir do estudo realizado.

DISCUTINDO A EDUCAÇÃO FINANCEIRA: APROXIMAÇÕES

A educação financeira (EF) é uma área que, atualmente, tem gerado grandes discussões na educação, principalmente, sobre como abordá-la em sala de aula. Segundo Ferreira (2017, p 3), educação financeira é “a capacidade de fazer julgamentos inteligentes e decisões eficazes em relação ao uso e gestão de dinheiro”. Conforme aprendemos a partir do autor, a EF se refere a um processo que auxilia o indivíduo no estudo referente à gerência de dinheiro no dia a dia de forma a abastecer o domínio de propriedades que possibilitam um futuro baseado em decisões

fundamentadas e seguras em relação às suas finanças pessoais, garantindo um melhor entrosamento em sociedade, protagonismo e bem-estar (Ferreira, 2017).

Faz-se necessário que os estudantes, enquanto cidadãos, tenham capacidade de reconhecer a soma de todas as suas rendas (receita), a soma de todas as suas despesas (dívida), e que, se considerar o levantamento de um determinado valor, ou resto que possa ser investido, tem-se a soma de dinheiro livre (reserva financeira). No entanto, vale salientar a diferença entre educação financeira e matemática financeira, apesar de ambas contribuírem para o uso racional do dinheiro. Enquanto a primeira é ampla, pois trata-se da formação de comportamentos e habilidades relacionados a finanças, individualmente e coletivamente; a segunda, por sua vez, abrange a aplicação dos conhecimentos e ferramentas específicas da matemática na análise de questões relacionadas a finanças.

Mudanças no mundo atual referente a tecnologia, globalização e desenvolvimentos podem dificultar a acessibilidade dos serviços financeiros, bem como a capacidade de organização, manutenção e suporte das vertentes financeiras dos indivíduos e famílias. A economia atual gira em torno do uso do crédito, de operações digitais e muitas outras ferramentas que facilitam transações financeiras e podem acarretar o alto percentual de endividamento da população. Este fator pode potencializar prejuízos à economia e sociedade, provocando situações graves e colocando em risco, inclusive, a saúde dos indivíduos e provocando a desestruturação familiar, ocasionados, por exemplo, pelo consumo indiscriminado do cartão de crédito (Souza, Torralvo, 2008).

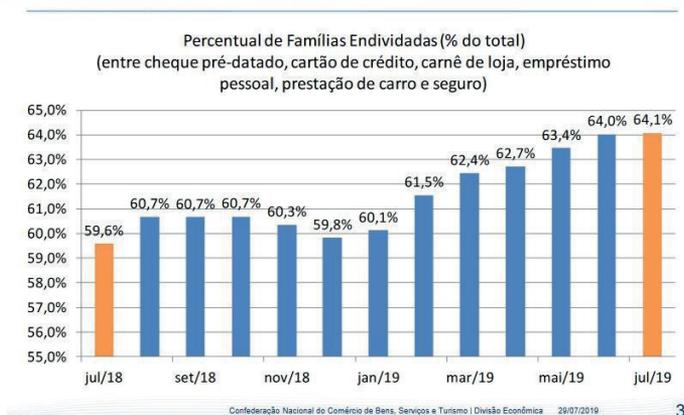
Nesse sentido, dados obtidos por meio da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC, 2019) trazem uma melhor visualização da situação de endividamento familiar. A pesquisa, que é apurada mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) desde janeiro de 2010, conta com dados coletados em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal, com aproximadamente 18 mil consumidores participantes. Durante o levantamento de dados torna-se possível traçar um perfil de endividamento e acompanhar os níveis que sugerem uma boa ou má relação entre o consumidor e variáveis como dívidas e pagamento.

Os principais indicadores da Peic são: Percentual de famílias endividadas, como os consumidores que declararam ter dívidas na família, em diversas modalidades, por exemplo o cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado e outros; nível de endividamento: Muito, mais ou menos, ou pouco; tempo

de comprometimento com dívidas; percentual de famílias com contas/dívidas em atraso e percentual de quem não tem condições de arcar com as dívidas (PEIC, 2023).

As mudanças já mencionadas, como o desenvolvimento dos mercados financeiros e mudanças demográficas, tornam o acompanhamento de certos indicadores ainda mais relevante para analisar a capacidade dos indivíduos de melhor lidarem com capital de recursos. Na figura 01, são apresentados os dados da PEIC (2019) que tratam sobre o percentual de famílias endividadas de julho de 2018 a julho de 2019.

Figura 01: Dados da PEIC 2019



Fonte: Relatório PEIC maio de 2019

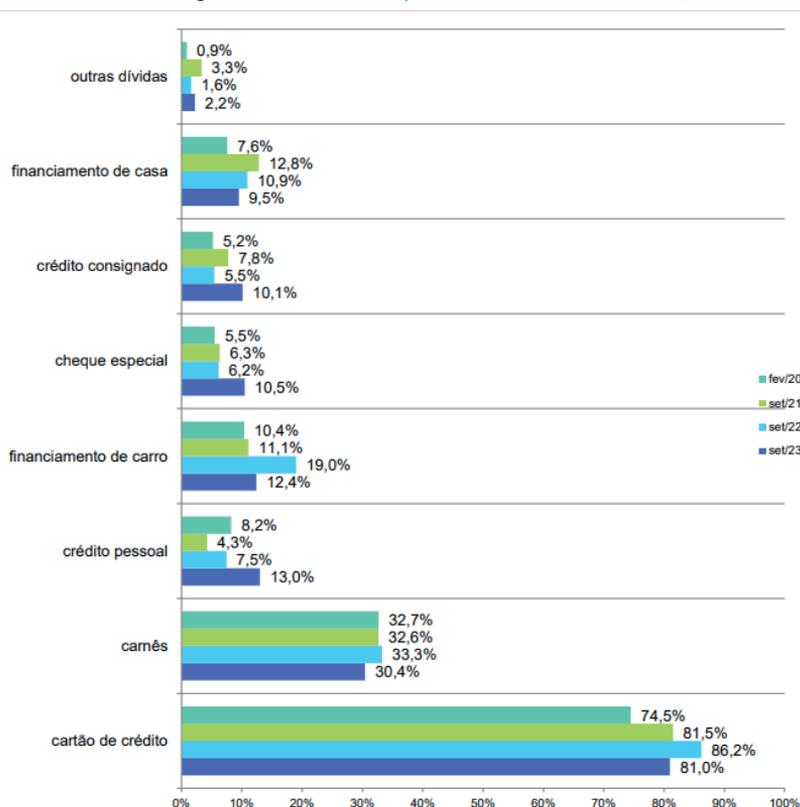
O gráfico acima apresenta os dados recolhidos pela Peic em 2019 referente a diferentes modalidades de endividamento. Pode-se observar que, entre julho e novembro de 2018, a porcentagem de famílias endividadas permanece quase a mesma, enquanto no mesmo mês, no ano de 2019, temos um acréscimo de 5%. Notadamente, precisaríamos analisar esse gráfico a partir de outras informações que nos auxiliassem a compreender possíveis fatores que influenciaram nesse aumento significativo em um ano, tais como fatores econômicos, políticos e sociais. Destarte, é evidente o aumento gradativo no índice de endividamento o que denota a necessidade de ações educativas para a população. Esse dado reforça a nossa percepção de que se faz necessário capacitar os indivíduos, desde jovens alunos, a compreenderem a matemática e, especificamente, a educação financeira como um

caminho de conhecimento que ultrapassa a sala de aula, trazendo benefícios na sua vida pessoal e profissional.

Uma matéria do blog Focas do Jornal O Estado de São Paulo (Estadão) traz uma matéria cujo título é “Quase 9 milhões de jovens estão enrolados com dívidas no Brasil”. De acordo com a matéria, dezoito por cento das pessoas de até 20 anos estão com algum tipo de endividamento. Esse endividamento está atrelado, na maioria dos casos, ao uso descontrolado do cartão de crédito e cheque especial. Já no início da vida adulta os jovens estão apresentando problemas financeiros, o que pode estar relacionado às diversas possibilidades de crédito, que incluem o acesso a cartões de crédito e empréstimos mesmo a quem tem pouca renda mensal. Sendo assim as instituições financeiras também têm um percentual de responsabilidade nesse endividamento da população.

Na figura 02, apresentamos outro aspecto investigado na PEIC (2023).

Figura 02: Dados dos tipos de dívida PEIC 2023



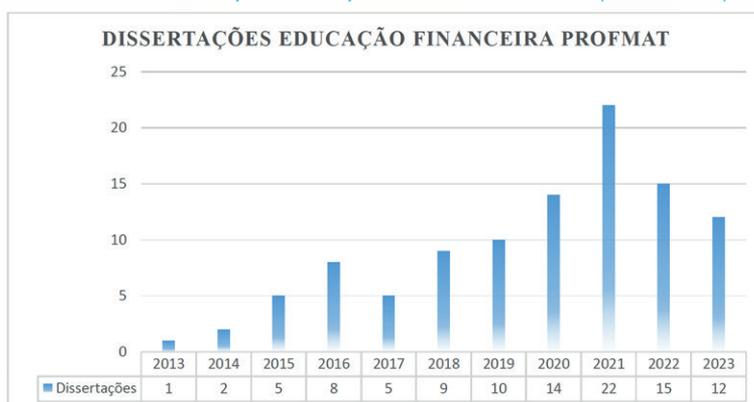
Fonte: Relatório PEIC 2023

Segundo dados da PEIC (2023), o Brasil vive um cenário no qual as taxas de juros são altas, mesmo assim, o uso de ferramentas consideradas como rendas emergências (cheque especial, cartão de crédito) continuam sendo utilizadas de maneira indevida e fazendo as famílias chegarem em seus máximos níveis de endividamento. Os dados acima dialogam com o mal uso do cartão de crédito sinalizado na reportagem supracitada, visto que boa parte das dívidas estão concentradas nesta modalidade. Em um ano, podemos observar um aumento de cerca de mais de 4% de endividamento financeiro com o uso do cartão de crédito, de 2021 a 2022, e esse valor tem uma variação negativa no que diz respeito a três anos de 2020 a 2023, pois, apesar de haver uma baixa, prossegue com um aumento negativo de 6,5%.

As informações elencadas, a partir das pesquisas promovidas pela Confederação Nacional de Comércio, apontam para a necessidade de promover a educação financeira para a população. Do mesmo modo, corroboram com a perspectiva que assumimos neste trabalho sobre a relevância de que as ações educativas sejam desenvolvidas desde cedo, contemplando os estudantes na educação básica.

Notadamente, essa temática tem sido abordada no âmbito acadêmico. Dados obtidos no portal do Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT) mostram que nos últimos anos a temática tem sido cada vez mais estudada (Gráfico 01).

Gráfico 01: Dissertações Educação Financeira PROFMAT (2013 a 2023)²



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

2 Consideramos para a construção da análise os dados disponíveis até outubro de 2023.

No período de 2013 a 2023, as produções chegaram a mais de cem publicações. Enquanto em 2013, foi possível identificar apenas um trabalho que apresenta a EF em seu título, em 2023, até o momento de produção deste trabalho, temos 12 dissertações de mestrado acerca da problemática, com ênfase em conceitos da EF, propostas de ensino e a importância das discussões, principalmente, no que se refere ao ensino médio. Observamos a maior quantidade de dissertações no ano de 2021, vinte e dois trabalhos publicados.

Souza (2020), egresso do PROFMAT, corrobora com a nossa perspectiva ao abordar o tema e sua importância quando discorre acerca da Implementação e consolidação da EF nas etapas do ensino.

A implementação da Educação Financeira no Ensino Fundamental e consolidação no Ensino Médio, auxiliará os estudantes a se tornarem mais críticos diante do excesso de “facilidades” apresentadas pelas propagandas, a extinguir despesas supérfluas, a buscar melhores fontes de renda, a desenvolver o hábito de poupar, a evitar pagamentos abusivos de juros, a enfrentar imprevistos financeiros, a planejar a aposentadoria e até a minimizar a possibilidade de o indivíduo cair em fraude, além disso, pode ainda viabilizar a realização de alguns sonhos possíveis com determinação e organização financeira (Souza, 2020, p 12).

Outros trabalhos mostram elementos acerca da EF e da matemática no cotidiano, seja ele diário ou escolar. O trabalho “Paradigmas da educação financeira no Brasil” de José Roberto Ferreira Savoia (2007), por exemplo, deixa claro uma visão acerca do ensino matemático (EM) ou da EF no Brasil. Para o autor, no país, as autoridades não exercem a função de capacitar a população adequadamente para a tomada de decisões no âmbito financeiro. O que pode potencializar dados negativos como os apresentados na PEIC do ano de 2022.

Neste período, o patamar mais elevado na história da PEIC, de 100 famílias brasileiras 78 estavam endividadas (PEIC, 2022). A falta de conhecimento das variáveis que interagem na relação de dinheiro dificulta sua melhor organização, os juros por exemplo, segue sendo um grande vilão no que se refere a quitação de dívidas, pois “acirram as despesas financeiras” (PEIC, 2023)

Para Carraheir, Carraheir e Schliemann (1995, p.12), a aprendizagem matemática, no que diz respeito a sala de aula, é um “momento de interação entre a Matemática organizada pela comunidade científica, ou seja, a Matemática formal, e a Matemática como atividade humana”. Sendo assim, em sala de aula e com os

professores, compreende-se a matemática formal, bem como as ferramentas que apresenta para melhor trabalhar com figuras geométricas, áreas, cálculos e, no que diz respeito a finanças, podemos citar o uso de juros simples e composto, além do aprimoramento de seus conhecimentos informais.

Visto que a educação financeira discorre sobre diversas bases de conhecimento e controle financeiro, até as áreas da matemática que incluem cálculos de frações, porcentagem, funções, operações com números decimais, confecções e análise de gráficos, raciocínio lógico e estatística, temos a necessidade de analisar o documento normativo que rege a educação brasileira nas redes de ensino e suas instituições públicas e privadas. Desse modo, direcionamos nossa análise para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que é referência obrigatória na elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas para a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio no Brasil.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA BNCC

Antes de discutir sobre a educação financeira a partir da BNCC, é importante apresentar inicialmente do que se trata e como se dá a construção histórica do documento e porque é importante discutir sobre a temática. A Base Nacional Comum Curricular trata-se de um documento que foi criado com o intuito de amenizar os problemas relacionados a desigualdade na educação. De acordo com Cury (2018, p. 53), o documento carrega, em si, a “universalização de direitos no tocante ao acesso ao conhecimento acumulado e à qualidade da educação que se realizaria pela distribuição igualitária e isonômica desses conhecimentos”. A BNCC foi criada conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996).

A Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que

direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

A BNCC é um conjunto de normas, competências e habilidades que são fundamentais para o desenvolvimento do aluno ao longo de sua formação pelas etapas e modalidades, do ensino infantil ao ensino médio em escolas da rede pública e privada, ou seja, a “BNCC seria o instrumento para qualificar a educação através de uma identidade de conhecimentos que seja proporcionada a todos os estudantes da Educação Básica brasileira.” (Cury, 2018, p. 61). Este autor acrescenta ainda que “ela [a BNCC] se envolve em uma visão de escolarização que, para termos uma educação de qualidade seria necessário proporcionar conteúdos idênticos para possibilitar uma igualdade de oportunidades entre os educandos” (Cury, 2018, p.61).

A partir das necessidades em que foram surgindo referente a qualidade de ensino nas escolas do país, a construção da BNCC passou por várias mudanças em sua linha do tempo para que assim o documento atendesse a todas as necessidades emergentes na educação. Seguindo a linha do tempo que permeia a BNCC, em 1996, finalmente é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que é a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Em seu capítulo II, seção I, aponta que:

Art. 26 - Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. § 4º - O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e europeia.

Ao ser aprovada a Lei 9.394/96, o ensino fundamental e o ensino médio deveriam ter, obrigatoriamente, base comum curricular que seria estabelecida nos sistemas de ensino de todo o país respeitando as características sociais, culturais e econômicas dos brasileiros. Nessa perspectiva, em 1997, são consolidados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Os PCNs foram criados com o intuito de ajudar e auxiliar os professores ou equipe escolar na execução de seus trabalhos no desenvolvimento do currículo.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema

educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual (Brasil, 1997, p. 13).

Diferente da BNCC, os PCNs eram organizados em ciclos que equivalem a 2 anos escolares. A BNCC, por sua vez, organiza conteúdos de acordo com o ano escolar, ou seja, a cada ano escolar a BNCC oferece uma lista de assuntos no qual o aluno tem que aprender em sua vida escolar.

A Constituição Federal de 1988 também se constitui enquanto marco legal que embasou a construção do documento, uma vez que, em seu artigo 210, indica que “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988).

Seguindo o contexto histórico no qual pode-se acompanhar desde a LDB, passando Constituição e pelos PCNs, a BNCC, promulgada entre 2017 e 2018, em conjunto com o Plano Nacional de Educação (PNE), estabeleceram em um documento que a educação financeira seja um dos temas transversais nos currículos de estados e municípios.

Cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: [...] bem como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/201023). Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada (MEC, BNCC, 2018.)

Esses temas transversais vêm sendo introduzidos nos planejamentos de ensino das escolas. Nesse sentido, o documento cita a educação para o consumo e a educação financeira, esta deve ser desenvolvida com o objetivo de ensinar aos estudantes como lidar de forma consciente, responsável e eficaz com as suas finanças no dia a dia. No capítulo 4.2 da BNCC, na área da matemática, é a apresentadas a importância dos conhecimentos acerca da área para todos os estudantes

do ensino básico, “seja por sua grande aplicação na sociedade contemporânea, seja pelas suas potencialidades na formação de cidadãos críticos, cientes de suas responsabilidades sociais” (BNCC, 2018). A EF, do mesmo modo, possui essa relevância na formação dos cidadãos.

O letramento matemático é apresentado na BNCC como o uso de habilidades como o raciocínio lógico, desenvolvido através de diversos processos e competências matemáticas, usando-os de maneira concreta para resolver problemas da vida cotidiana. Essa perspectiva aponta para a relevância do desenvolvimento dessas competências e habilidades para a atuação do sujeito no mundo. E, nesse contexto, também podemos inserir os conteúdos da educação financeira.

A BNCC traz em seu documento, 8 competências específicas para o componente curricular matemática no Ensino Fundamental e 5 competências para o Ensino Médio. Entre essas competências, podemos elencar algumas competências que dialogam diretamente com o que precisa ser trabalhado na educação financeira (Quadro 01).

Quadro 01- Competências específicas de matemática e suas tecnologias (BNCC) no Ensino Fundamental e no Ensino Médio

ETAPA	COMPETÊNCIA
<i>Ensino Fundamental</i>	4. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes.
	5. Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados.
	6. Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados).

ETAPA	COMPETÊNCIA
Ensino Médio	1. Utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para interpretar situações em diversos contextos, sejam atividades cotidianas, sejam fatos das Ciências da Natureza e Humanas, das questões socioeconômicas ou tecnológicas, divulgados por diferentes meios, de modo a contribuir para uma formação geral.
	2. Propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis, com base na análise de problemas sociais, como os voltados a situações de saúde, sustentabilidade, das implicações da tecnologia no mundo do trabalho, entre outros, mobilizando e articulando conceitos, procedimentos e linguagens próprios da Matemática.
	3. Utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos [...]

Fonte: BNCC (2018).

Cada uma das competências elencadas no quadro faz referência as habilidades e aos conteúdos matemáticos e como estes devem dialogar com os diversos contextos vivenciados no cotidiano. Compreende-se, portanto, as competências como exigências além de números e contas, trata-se de um conhecimento interdisciplinar e plural, trabalhando questões sociais, investigativas, relação entre as áreas da matemática, habilidades tecnológicas, resoluções de situações-problemas bem como suas criações, desenvolvimento além da sala de aula, interação social e outros. Todos esses aspectos dialogam com a educação financeira.

Na análise do documento, identificamos ainda que ao tratar sobre a unidade temática Números na etapa do Ensino Fundamental anos finais, a BNCC indica que

Outro aspecto a ser considerado nessa unidade temática é o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro. É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de marketing. Essas questões, além de promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos, podem se constituir em excelentes contextos para as aplicações dos conceitos da Matemática

Financeira e também proporcionar contextos para ampliar e aprofundar esses conceitos (BNCC, 2018, p. 269).

Identificamos, assim, que a BNCC propõe que os educadores trabalhem conteúdos matemáticos visando a educação financeira. O documento, inclusive, sugere o desenvolvimento de atividades de forma interdisciplinar, dialogando, por exemplo, com a área da História. A menção a educação financeira também é encontrada em algumas habilidades para o Ensino Fundamental, associadas, principalmente, a porcentagens. Como exemplo, temos a habilidade EF09MA05 “resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com a ideia de aplicação de percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais, preferencialmente com o uso de tecnologias digitais, no contexto da educação financeira” (BNCC, 2018, p. 317).

Na etapa do Ensino Médio, encontramos menções a matemática financeira. Em algumas habilidades são elencados conteúdos, sobretudo, de funções exponenciais, logarítmicas e quadráticas, associados a matemática financeira. Observamos, assim, a redução a compreensão das ferramentas relacionadas sem a intenção de educar financeiramente os estudantes.

Encontramos ainda a menção a educação financeira no tópico que trata da área de ciências humanas sociais e aplicadas no Ensino Médio. Ao tratar sobre Política e Trabalho, a BNCC aponta que “há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais, e cresce a importância da educação financeira e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual” (BNCC, 2018, p. 568). O texto trata, assim, da importância de promover a reflexão dos alunos sobre as relações entre trabalho, produção e consumo e destaca a importância da educação financeira na ampliação da visão de mundo dos estudantes, preparando-os para tomadas de decisões futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscamos discutir a inserção do estudo da Educação Financeira (EF) na educação básica a partir do proposto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesta perspectiva, o artigo traz um levantamento bibliográfico referente à temática, bem como a análise de dados divulgados a partir da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) de 2019, 2022 e 2023.

O aumento nos casos de endividamento no Brasil nos últimos anos reforça a necessidade da construção de cidadãos conscientes, consumidores e investidores. A educação financeira, conforme discutimos no decorrer do texto, não se refere apenas ao conhecimento dos conteúdos que integram a matemática financeira. De outro modo, constitui-se como a aquisição de valores e o desenvolvimento de competências para que os sujeitos se tornem conscientes das oportunidades e dos riscos financeiros e que façam escolhas que podem impactar positivamente em suas vidas.

A educação financeira é apresentada na BNCC como um tema transversal que deve ser trabalhado, principalmente, ao longo do Ensino Fundamental anos finais e do Ensino Médio. Constatamos que as menções a EF dialogam com o desenvolvimento de habilidades específicas, sobretudo, no Ensino Fundamental, visando a construção de sujeitos conscientes. No entanto, no Ensino Médio, as orientações se resumem a aquisição de conhecimentos da matemática financeira.

Reiteramos a nossa percepção de que a educação financeira, assim como proposto na BNCC, esteja presente desde a formação do sujeito no âmbito da educação básica, uma vez que essas questões interferem diretamente nas relações pessoais, familiares e sociais, impactando toda a sociedade e não deve ser um conhecimento a ser adquirido apenas na vida adulta. Como desdobramento deste trabalho, objetiva-se, em um segundo momento, desenvolver metodologias no ensino da matemática que contemplem a educação financeira, contribuindo na formação dos futuros professores da disciplina.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 126p.

CARRAHER, T. N; CARRAHER, D. W; SCHLIEMANN, A. **Na vida dez, na escola zero.** São Paulo, Cortez, 1995.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Base Nacional Comum Curricular** : dilemas e perspectivas / Carlos Roberto Jamil Cury, Magali Reis, Teodoro Adriano Costa Zanardi. - São Paulo : Cortez, 2018.

ESPECIAL FOCAS. Por minha conta. **Estadão.** Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/focas/por-minha-conta/materia/quase-9-milhoes-de-jovens-estao-enrolados-com-dividas-no-brasil>. Acesso em: 1 out. 2023.

FERREIRA, Juliana. A importância da educação financeira pessoal para a qualidade de vida. **Revista caderno de administração IESB** - Instituto de Ensino Superior de Bauru, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/33268>. Acesso em: 22 out. 2023.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

HOFMANN, R. M.; MORO, M. L. F. Educação matemática e educação financeira: perspectivas para a ENEF. **Zetetike**, Campinas, SP, v. 20, n. 2, p. 37–54, 2013. DOI: 10.20396/zet.v20i38.8646609. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8646609> . Acesso em: 16 ago. 2023.

OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. 2005.

PEIC, Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) Brasil, 2019. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/09/relatorio-peic-maio-2019.pdf>. Acesso em: 20 ago.2023.

PEIC, Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) Brasil, 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/09/relatorio-peic-2022.pdf>. Acesso em: 20 ago.2023.

PEIC, Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) Brasil, maio, 2023. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/09/relatorio-peic-2023.pdf>. Acesso em: 05.out.2023

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. de A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 41, n. 6, p. 1121 a 1141, 2007. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6620>. Acesso em: 19 nov. 2023.

SOUSA, Almir Ferreira de e TORRALVO, Caio Fragata. A gestão dos próprios recursos e a importância do planejamento financeiro pessoal. 2004, **Anais**. São Paulo: USP/FEA/PPGA, 2004. Disponível em: : [Seminários em Administração - SEMEAD](#) . Acesso em: 19 nov. 2023.

SOUZA, Wagner Tadeu Coelho. A Educação Financeira no Ensino Médio: Da escola para a Vida. **Dissertação**. Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional Brasil, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://sig.cefetmg.br/sigaa/public/programa/noticias_desc.jsf?lc=pt_BR&id=543¬icia=19983_677 Acesso em: 20 set. de 2023.

VAZ, R; NASSER, L. Que Educação Financeira Escolar é essa? **Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana** (EM TEIA), v. 12, p. 1-16, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/emteia/article/view/250355/pdf_1. Acesso em: 05_ago.2023.